

Procedimentos de Relocação em Projetos de Habitação Social: avaliação de resultados no Planalto II/Natal/RN.

Maria Caroline Farkat Diógenes
carolfarkat@yahoo.com.br

Este Trabalho está integrado às atividades da linha de pesquisa POLÍTICA E PROJETO DA HABITAÇÃO SOCIAL – dentro da Área de Concentração I - URBANIZAÇÃO, PROJETOS E POLÍTICAS FÍSICO-TERRITORIAIS - do programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

INTRODUÇÃO

A população instalada em áreas de risco e/ou vulnerabilidade ambiental formaram um público em potencial suscetível às ações de intervenção do estado, além de serem relegados à margem do processo de produção habitacional regular. Tornaram-se sujeitos a processos de relocação, reassentamento ou apenas melhoramentos de infraestrutura para mudar essa condição insustentável de ocupação da cidade. No caso dos processos de relocação, estes possuem problemas próprios da realidade Brasileira. Entre seus problemas esta a forma como a relocação era conduzida.

Inicialmente, o tratamento dado pela gestão pública às ações de intervenção Urbana foi influenciado pela ideologia higienista nascida no início do séc. XX, a qual respaldava teoricamente as ações de retirada das famílias permitindo os processos de remoção.

Contudo, o novo panorama das políticas públicas pós-mobilização da sociedade brasileira para promoção da Reforma Urbana vai de encontro a essa forma de tratamento dada as ações do estado para os processos de relocação. Atualmente, a condução de toda a problemática habitacional vem passando por outros direcionamentos fruto de tratados e legislações discutidas com os diversos agentes sociais não apenas no âmbito nacional como também internacional, na perspectiva de evoluir para a gestão democrática em busca de melhor utilização dos recursos públicos conforme orientado por recentes políticas urbanas e habitacionais influenciadas pelo movimento de Reforma Urbana e, na esfera internacional, pela Agenda Habitat.

Dessa forma, de posse desses novos instrumentos, as famílias em processo de relocação passam a ter condições legais de examinarem o processo em que estão sendo submetidos. É possível, por exemplo, questionar a opção de sua retirada para regiões periféricas distantes da comunidade, observando se existem possibilidades de reassentamento em terrenos no entorno. Mesmo sob-resistência à efetivação da participação, pela incompreensão e ausência de conhecimento desses novos direitos.

Nessa nova perspectiva, além da orientação de tratamento dos processos de relocação por gestão democrática distinto do quadro das remoções, a relocação passa a ser orientada pelo Ministério das Cidades como última solução para urbanização de assentamentos precários. A preferência, atualmente, é dada ao reassentamento das famílias, visto que a permanência dos residentes desses assentamentos em suas localidades ou áreas próximas possibilita a garantia de acesso aos serviços, à infraestrutura e à mobilidade, os quais foram conquistados pelo tempo de permanência das populações nessas áreas.



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFRN

Nesse contexto, os processos de relocação demonstram dificuldades de garantir o direito à cidade e a moradia digna. O direito à cidade, uma vez que os espaços periféricos ainda estão sendo dotados de serviços e infraestrutura. À moradia digna, haja vista que, para se tiver habitabilidade não basta à qualidade física da unidade habitacional, mas também o acesso à infraestrutura, serviços e a mobilidade urbana.

Na esfera local, inserido nessa problemática, está o projeto Planalto/DETRAN, o qual relocou 7 comunidades de diferentes áreas no município de Natal, em outubro de 2008. Tal proposta foi financiada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC I. O projeto fora implementado no Bairro Planalto, zona periférica da cidade nos remanescentes de áreas livres pertencente ao município e, portanto, mais acessíveis economicamente a este. Lá também foram construídos outros projetos habitacionais de Habitação de Interesse Social – HIS da cidade, o que tendenciou a ocupação dessa região de Natal por conjuntos residenciais de HIS.

Diante do exposto, é forçoso questionar se projeto Planalto/DETRAN conseguiu enfrentar todos esses problemas relativos aos processos de relocação, conforme relacionados anteriormente, para efetivar-se de acordo com os novos princípios postos.

OBJETIVOS

Por estas razões, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar o processo de relocação habitacional do Projeto Planalto/DETRAN, visando identificar aspectos de inserção urbana, inclusão social e satisfação do morador do referido Projeto. Para tanto, se faz necessário:

- Identificar os elementos de inserção urbana no processo de relocação habitacional do projeto planalto, considerando as condições de infraestrutura urbana, mobilidade, qualidade ambiental, regularização fundiária e regulação urbanística;
- Identificar os aspectos de inclusão social no processo de relocação habitacional do Projeto Planalto, a partir do acesso a serviços sociais públicos, Cidadania e participação, inserção no mundo trabalho;
- Conhecer a satisfação do morador quanto à moradia, espaço público, serviços urbanos, vida social e comunitária.

METODO

Neste sentido, se pretende reunir informações dos três períodos que compuseram a relocação (o antes, durante, e depois), a fim de avaliar os resultados de todo o processo de relocação, mas sob uma avaliação ex-post do projeto. Isto, porque, se ambiciona analisar não apenas as condições de habitabilidade a que as famílias relocadas foram submetidas, como também identificar se as diretrizes de Gestão democrática e Direito a Cidade contida na PNH foram atendidas durante o processo de relocação e contempladas desde a concepção do projeto.

Com isso, o recorte temporal da pesquisa é dado pela data de início da elaboração em 2006 até o período final da pesquisa previsto para 2013, uma vez que utilizará informações dos 3 períodos do ciclo avaliativo (ex-ante, implementação e ex-post) no intuito de organizar as análises.



Para tanto, a pesquisa utilizará a MATRIZ DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO PÓS-OCUPAÇÃO DOS PROJETOS PILOTO DE INVESTIMENTO INTERVENÇÃO EM FAVELAS (Mcidades, [2004?]), a fim de orientar a análise dos resultados do processo de relocação conforme apresentada no esquema da Figura 1.



Figura 1: Matriz avaliativa proposta pelo Manual do Mcidades. Fonte: Mcidades, [2004?].

Além disso, para analisar os resultados do processo de relocação do projeto Planalto II a pesquisa necessita de métodos que permitam o aprofundamento das informações, os quais se darão através do contato com a comunidade sob métodos participativos, a fim de identificar melhor aqueles aspectos de difícil identificação por leituras técnicas iniciais.

Neste sentido, o processo de análise participativo se dará pela convergência da leitura técnica das informações coletadas, as quais serão apresentadas em reunião comunitária, para obter a leitura das populações relocadas sobre o conteúdo analisado preliminarmente, conforme explicitado no esquema da metodologia representado na Figura 2.



Avaliação dos Resultados do Processo de Relocação

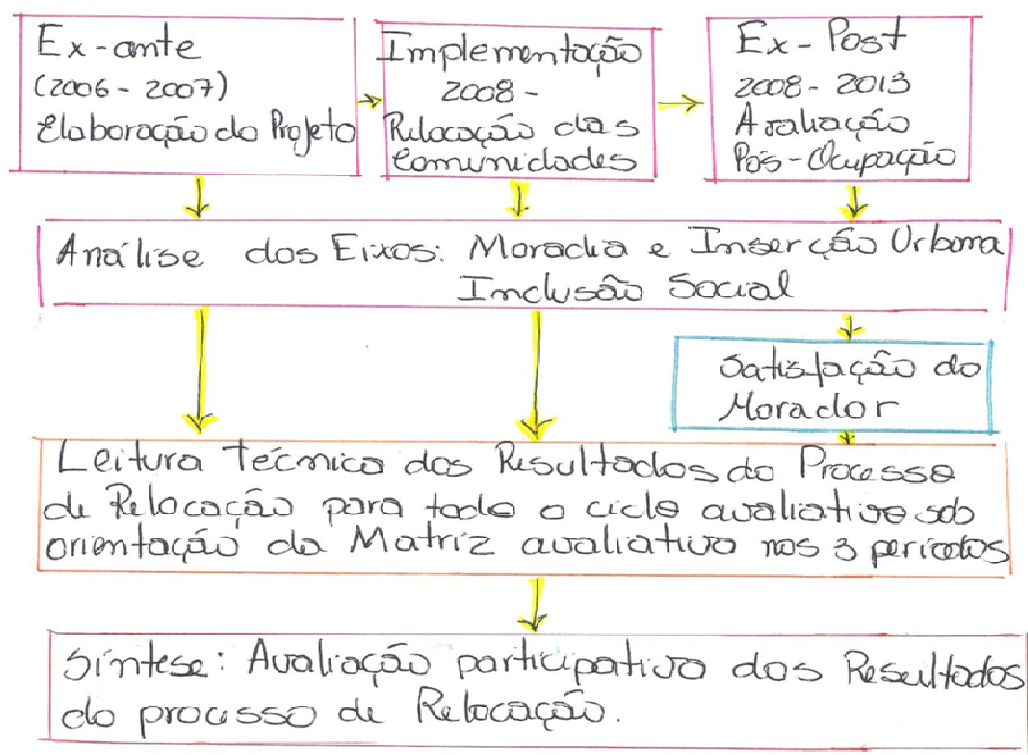


Figura 2: Esquema da Metodologia. Fonte: Diógenes, 2012.

Contudo, de posse da **Análise participativa do Processo de relocação** dada pela síntese das duas leituras, a técnica e a comunitária, tem-se informações suficientes para avaliar a efetividade da proposta de relocação, com base nos eixos de análise da Matriz avaliativa do Mcidades [2004?] para os 3 tempos do processo de relocação.

DESENVOLVIMENTO

O contrato Planalto/DETRAN planejou em 2006 duas propostas habitacionais o Planalto II e o DETRAN. Na oportunidade, os dois projetos foram viabilizados em áreas distintas: uma no Bairro Planalto chamada de Planalto II e outra para a comunidade DETRAN localizada no Bairro Cidade da Esperança em Natal/RN.

Segundo a Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes de Natal – SEHARPE a proposta do Planalto II disponibilizou 348 unidades para a relocação de comunidades em risco de diversas regiões da cidade. Assim foram relocados 06 assentamentos precários denominados: Via Sul, Luiz Gonzaga (reconhecida como Sopapo), Alagamar, Peão, 8 de outubro e parte restante do DETRAN. O projeto DETRAN requalificou a parte mais precária da comunidade DETRAN integrando-a ao entorno urbanizado através também de um reassentamento de 117 famílias em sobradinhos configurando situação de análise distinta do ocorrido no Planalto II.

Por estas razões, o estudo seleciona apenas parte do contrato Planalto/DETRAN, conhecida como Planalto II, haja vista ser este o projeto que recebeu às relocações, conforme descrito inicialmente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho encontra-se analisando o período de elaboração do projeto, o qual se dará pela análise dos documentos de elaboração da proposta. Esta iniciativa tem como objetivo analisar o Previsto/Planejado para o processo de relocação visando identificar os aspectos de Inserção Urbana e Inclusão Social sob a ótica dos direitos referenciados eleitos pelo estudo e contidos na PNH. Além disso, será feito um diagnóstico da situação inicial de cada assentamento relocado.

Posteriormente será estudado o período da implementação através da análise Relatórios de Obra e Relatórios Sociais, assim como entrevista com os agentes executores e lideranças comunitárias envolvidas na implementação da proposta. Finalizando a leitura técnica, será aplicado um questionário para obter informações do período ex-post sobre a satisfação do morador. Além disso, será feito um diagnóstico da situação atual de cada assentamento relocado. Somente após a conclusão da leitura técnica terá início as discussões com a comunidade, para conclusão do processo participativo de avaliação dos resultados do referido processo de relocação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA HABITAT. IN: SAULE JR, NELSON. (COORD.). **DIREITO À CIDADE**. TRILHAS LEGAIS PARA O DIREITO ÀS CIDADES SUSTENTÁVEIS. SÃO PAULO: LIMONAD, 1999.

CHAFFUN, NELSON. DINÂMICA GLOBAL E DESAFIO URBANO. IN: BONDUKI, NABIL GEORGES (ORG.). **Habitat**: As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

BONDUKI, NABIL GEORGES. **ORIGENS DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**: ARQUITETURA MODERNA, LEI DO INQUILINATO E DIFUSÃO DA CASA PRÓPRIA. 2.ED. SÃO PAULO: ESTAÇÃO LIBERDADE: FAPESP: 1998.

BORDENAVE, Juan e. Diaz. **O QUE É PARTICIPAÇÃO**. 8 ed. São Paulo: BRASILIENSE. 1994.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; Maria do Carmo Brant de CARVALHO (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FERRÃO, João; MOURATO, João. **A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FACTOR DE APRENDIZAGEM, INOVAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA**: O Caso da Política de Ordenamento do Território em Portugal. R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, São Paulo, V.12, N.1, p.9-28, MAIO. 2010. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revistas/rev_ANPUR_v12_n1.pdf> Acesso em: 03/10/2011.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas. **Análise & Conjuntura**, v.1, n. 3, Belo Horizonte, set./dez. 1986.

LEFÉBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2001. 138p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação, 2009. 212p.

_____. Secretaria Nacional de Habitação. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: Nov., 2004.

_____. Secretaria Nacional de Habitação. **MATRIZ DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO PÓSOCUPAÇÃO DOS PROJETOS PILOTO DE INVESTIMENTO INTERVENÇÃO EM FAVELAS**. Brasília, [2004?], 66p. Teve início em setembro de 2004, no seminário Técnico HBB/ UAS -*Pós-ocupação nos Projetos Integrados de Urbanização de Assentamentos Subnormais e o processo de construção de indicadores sociais para avaliação de resultados*. Disponível em:



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFRN

<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/AVALIACaO_DE_POS_OCUPACaO.pdf>.

Acesso em: 28/05/2012.

_____. Secretaria Nacional de Habitação. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - MANUAL DE INSTRUÇÕES Projetos Prioritários de Investimentos – PPI. Intervenções em Favelas.** Brasília, 2007-2010. Disponível em: < <http://www.cidades.gov.br/index.php/programas-e-acoes>>. Acesso em: 03/08/2011.

SAULE JÚNIOR, Nelson. **A PROTEÇÃO JURÍDICA DA MORADIA NOS ASSENTAMENTOS IRREGULARES.** Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2004.

WORTHEN, Blaine R; SANDERS, James R; FITZPATRICK, Jody L. **Avaliação de Programas:** concepções e práticas. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gente, 2004.



Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente | PPMPAPM/UFRN